

DENTRO DA CONFUSÃO

GUSTAVO CORÇÃO

Temos agora, para completar a coleção de problemas nacionais, o caso do mandado de segurança impetrado pelo governo do Rio Grande do Sul contra o governo federal. Pelo que dizem os jornais da oposição, trata-se de uma clamorosa injustiça praticada pela SUMOC, pela CACEX, ou por não sei quais outras siglas, contra o laborioso Estado sulino, que fica sem cobertura cambial para importar as máquinas imprescindíveis ao seu desenvolvimento. Acrescentam os mesmos jornais, talvez maldosamente, que a discriminação feita contra os interesses gauchos vem beneficiar a caixinha do PTB, interessada em importar e vender os mesmos equipamentos para custear a campanha eleitoral no próprio Rio Grande do Sul. Diz o sr. ministro da Fazenda que não teve nenhuma interferência no caso, a não ser a que lhe cabe, normalmente, como presidente do conselho da SUMOC. E entrou a explicar ao jornalista o mecanismo que deixou, sem que houvesse nenhuma discriminação injusta, o laborioso Estado do sul sem seus instrumentos de trabalho. E nós, nós que pagamos caro a entrada nesse circo de tão variado espetáculo, o que pensaremos nós de todas essas acusações e explicações? Até aqui cada um de nós sentia na própria pele, na pele individual, os efeitos de um governo que, por sua variedade e descontinuidade, mais parece programa pasatempo do Cineac do que governo de um País que afinal de contas tem sessenta milhões de habitantes. Agora é na pele coletiva de um Estado, um dos mais laboriosos e gloriosos do País, que doi o fato de termos um elegante no Ministério da Fazenda e um dançarino no Catete.

Confesso francamente que não entendi bem o mecanismo da caixinha, descrito pelo jornalista da oposição, e que ainda menos entendi o mecanismo da SUMOC descrito pelo sr. ministro da Fazenda. Todos nós sabemos que o País atravessa um período de dificuldade financeira, e que não dispomos das tais divisas para comprarmos livremente o que quisermos. Somos pobres. O que vendemos não dá para comprar tudo que precisamos para o programa de nosso desenvolvimento. Somos pobres. Temos até a infelicidade de ver encailhada uma parte substancial de nosso principal produto de exportação, por onde se vê que nossa pobreza, sob esse aspecto, toma um ar de paradoxo: é pobreza agravada de uma inútil superabundância. Café demais e dolares de menos. Mas não é só isto, a meu ver, que perturba a marcha de nossos negócios. O que realmente nos atrapalha, nos tolhe, nos atrasa, nos detém na marcha do tão suspirado desenvolvimento, não é simplesmente a pobreza, não é pura e simplesmente a falta de dolares, não é em suma a carencia financeira; é antes a complicação de nossa pobreza. Nossa pobreza é complexa, é engenhosa, é rica de matizes, é luxuosa nos detalhes, nos aparelhos, nas siglas, nos institutos, nos conselhos técnicos, é abundante em processos de computação do que não temos, de suputação do que nos falta, e assim, se não temos dolares, temos em compensação um maravilhoso mecanismo para recusar aos Estados e aos indivíduos os dolares que não temos, e para explicar aos jornalistas e através deles aos seus leitores a interessante e curiosa razão pela qual não podemos comprar o de que precisamos. Não temos divisas, mas em compensação temos a SUMOC, a CACEX, com seus conselhos e presidentes, com seus órgãos e suas peças, para desdobrar diante do brasileiro atônito o caleidoscópio burocrático de sua pobreza paramentada. E basta isto, a meu ver, para explicar a aflição dos gauchos. Não digo que não seja verdadeira a acusação formulada pelo jornalista da oposição sobre a caixinha do PTB. Digo apenas que não é preciso invocar a venalidade, a corrupção, para explicar a discriminação feita contra o laborioso Estado

do Sul: basta a complicação de nossa pobreza e basta a complicada estupidez que deve infalivelmente resultar de toda essa aparelhagem que por todos os lados ultrapassa a medida humana dos seus manobreadores. Em outras palavras, a impressão que temos de tudo isto é de incompetência governamental. Mas essa incompetência não é como as puras e simples incompetências que encontramos no decorrer da vida: é, como a pobreza, uma incompetência complicada, sobrecarregada, luxuosa, aparatosa.

Salta aos olhos do mais desatento observador que a república se enreda nas próprias vestes e que o governo não pode dar conta de seus multiplicados encargos. Mas o que é estranho, bizarro, é que o remédio procurado para cada problema gerado pela complicação seja mais uma peça e portanto mais um acréscimo de complicação. Dúvido, por exemplo, que alguém me dê uma razão cabal, racional, do fato de ser Diretor-Geral do Departamento de Correios e Telegrafos um cargo de confiança da Presidência da República. O mesmo diria para a Central do Brasil, para os Institutos de Previdência, e para a centena de direções e cargos que pendem da Presidência, sem que ninguém possa descobrir a razão e a vantagem administrativa dessa infinita ramificação do tronco central. Os parlamentaristas se batem por uma estrutura de governo que traga uma diminuição de poder, uma melhor distribuição de competências e uma sobrecarga menor na chefia da coisa pública. Tenho convicção parlamentarista, mas tenho também a impressão de que não é essencialmente inerente ao regime presidencialista a caótica complexidade da máquina que gera a confusão brasileira e que agora, por mera incompetência ou venalidade, prejudica toda uma unidade da federação. Em outras palavras, tenho a impressão de que o defeito está mais na matéria do que na forma de nossa máquina administrativa. Com a raça de dirigentes que parece fatalmente ligada á sorte de nosso desventurado País, não há estrutura que funcione. Tudo o que até aqui disse, neste artigo, levaria a crer que estou criticando a forma da máquina e assim descarregando a

responsabilidade dos maquinistas. A contradição é aparente no que agora digo da matéria. Na verdade foi essa raça de dirigentes que voluntária ou inconscientemente criou o complicado formalismo, e enquanto estiverem no poder não há a menor esperança de uma reforma profunda e benéfica. O que, de nosso ponto de vista parece sobrecarga, é vantagem, é obscuridade propícia, é multiplicação de poder do ponto de vista deles. O Departamento de Correios e Telegrafos não existe para distribuir cartas e telegramas; existe para distribuir cargos e para produzir votos. E assim tudo o mais. As finalidades próprias de cada serviço público viram subprodutos. Seria bom que as cartas e os telegramas chegassem pontualmente aos seus destinos, mas isto não é essencial. O essencial é que o Diretor-Geral seja uma pessoa com que o Presidente possa contar para abrigar seus cabos eleitorais nas múltiplas dependências de seu departamento. Assim também não é de espantar que a SUMOC sirva para atender aos interesses políticos do sr. Goulart ou do sr. Brizola. A opinião pública inclinada ao descontentamento recebe com facilidade a notícia da caixinha que detem os dolares que deviam ser distribuídos pelo estado do Rio Grande do Sul. Ninguém se espanta. O jornalista em vão emprega adjetivos sonoros, em vão diz que é de estarrecer tal discriminação de favores cambiais. Ninguém se estarrece. E não sendo coisa que toque os americanos ou que de longe fira os sacrossantos ideais nacionalistas, nem os estudantes se movem para reclamar um pouco mais de governo ou um pouco menos de loucura. Qual será então, pergunto eu, a nova técnica de combate, de oposição, que produza um pequeno começo de resultado? Qual será o tipo de propaganda que possa produzir uma revulsão profunda na opinião pública e uma conseqüente substituição de quadros? Sinceramente não vemos nada que possa trazer resultados próximos. Nossa filosofia e nossa teologia nos ensinam que o ato bom nunca é perdido e sempre se difunde e frutifica. Continue pois cada um a fazer o que deve dentro da escuridão, e continuemos nós aqui a gritar dentro da ruidosa confusão.